

## ANÁLISE DOS PCNS PARA A BNCC DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Recebido em: 14/08/2023

Aceito em: 13/09/2023

DOI: 10.25110/educere.v23i3.2023-006

Ellen Caroline Lamounier Rodrigues do Amaral <sup>1</sup>

Iel Marciano de Moraes Filho <sup>2</sup>

Leila Mendes Araujo <sup>3</sup>

Franc-lane Sousa Carvalho do Nascimento <sup>4</sup>

Francidalma Soares Sousa Carvalho Filha <sup>5</sup>

Osmar Pereira dos Santos <sup>6</sup>

Lidia Mendes de Araujo <sup>7</sup>

André Luiz Araújo Cunha <sup>8</sup>

**RESUMO:** A presente pesquisa busca analisar as diretrizes curriculares voltadas para a primeira fase do Ensino Fundamental, procurando identificar qual a visão de educação que orienta tal formulação e, ainda, quais as mudanças que ocorreram, a partir de uma análise comparativa entre os PCNs e a BNCC. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica. A busca foi realizada em agosto de 2022, incluem-se teses e dissertações disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, artigos científicos disponíveis no Portal de Periódicos Capes e Google Acadêmico, tangendo o recorte temporal de 2015 a 2022. A análise foi guiada em 6 tópicos para melhor compreensão: 1) a influência dos organismos internacionais na educação brasileira, 2) políticas educacionais e suas repercussões na organização do currículo da educação básica, 3) orientações curriculares nos anos iniciais do ensino fundamental (um paralelo entre os PCN's e a BNCC), 4) a formação de habilidades e competências e as avaliações em larga escala, 5) A formação de habilidades e competências e as avaliações em larga escala, 6) Semelhanças e as diferenças entre os PCNs e a BNCC. Em suma, a análise nos traz a prerrogativa de que tanto os esforços públicos nacionais quanto as políticas mundiais não são para melhorar o nível e o desenvolvimento educacional da população, mas sim para suprir os anseios capitalistas. Desta forma, mais uma vez fica evidente o ideário que “há escola de rico e escola de pobres”!

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) - Campus Hidrolândia. E-mail: [ellen\\_caroline123@hotmail.com](mailto:ellen_caroline123@hotmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9211-8046>

<sup>2</sup> Mestre em Ciências Ambientais e Saúde. Universidade Paulista (UNIP). E-mail: [ielfilho@yahoo.com.br](mailto:ielfilho@yahoo.com.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0798-3949>

<sup>3</sup> Graduado em Pedagogia. Secretaria Estadual de Educação (SEDUC). E-mail: [leilamds63@gmail.com](mailto:leilamds63@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-9997-6503>

<sup>4</sup> Doutora em Educação. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

E-mail: [franclanecarvalho@gmail.com](mailto:franclanecarvalho@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6956-4670>

<sup>5</sup> Doutora em Saúde Pública. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

E-mail: [francidalmafilha@gmail.com](mailto:francidalmafilha@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5197-4671>

<sup>6</sup> Doutor em Educação. Faculdade União de Goyazes Trindade.

E-mail: [osmarenfi@gmail.com](mailto:osmarenfi@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7962-622X>

<sup>7</sup> Graduada em História. Secretaria Estadual de Educação (SEDUC). E-mail: [lidiamendes3@gmail.com](mailto:lidiamendes3@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2325-5065>

<sup>8</sup> Doutor em Educação. Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) - Campus Hidrolândia. E-mail: [andre.araujo@ifgoiano.edu.br](mailto:andre.araujo@ifgoiano.edu.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0329-7762>

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino e Aprendizagem; Currículo; PCNs; BNCC; Banco Mundial e Educação.

### **ANALYSIS OF PCNS FOR THE BNCC OF COMPETENCES AND SKILLS IN THE FIRST YEARS OF BASIC TEACHING: CHALLENGES AND PERSPECTIVES**

**ABSTRACT:** The present research seeks to analyze the curricular guidelines aimed at the first phase of Elementary Education, seeking to identify which vision of education guides such formulation and, also, which changes have occurred, based on a comparative analysis between the PCNs and the BNCC. This is bibliographical research. The search was carried out in August 2022, including theses and dissertations available in the Capes Catalog of Theses and Dissertations, scientific articles available in the Capes Periodical Portal and Google Scholar, considering the time frame from 2015 to 2022. The analysis was guided by 6 topics for better understanding: 1) the influence of international organizations on the Brazilian education, 2) educational policies and their repercussions on the organization of the basic education curriculum, 3) curricular guidelines in the early years of elementary school (a parallel between the PCNs and the BNCC), 4) the formation of skills and competences and large-scale assessments, 5) training of skills and competencies and large-scale assessments, 6) Similarities and differences between PCNs and BNCC. In short, the analysis brings us the prerogative that national public efforts and global policies are not aimed at improving the level and educational development of the population, but rather to supply capitalist aspirations. Thus, once again, the idea that “there is a school for the rich and a school for the poor” is evident!

**KEYWORDS:** Teaching and Learning; Curriculum; PCNs; BNCC; World Bank and Education.

### **ANÁLISIS DE PCNS PARA LA BNCC DE COMPETENCIAS Y HABILIDADES EN LOS PRIMEROS AÑOS DE LA ENSEÑANZA BÁSICA: DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS**

**RESUMEN:** Esta investigación busca analizar las orientaciones curriculares dirigidas a la primera fase de la Enseñanza Fundamental, buscando identificar qué visión de la educación orienta tal formulación y, también, qué cambios se han producido, a partir de un análisis comparativo entre los PCNs y el BNCC. Esta es una investigación bibliográfica. La búsqueda se realizó en agosto de 2022, incluyendo tesis y disertaciones disponibles en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la Capes, artículos científicos disponibles en el Portal Periódico de la Capes y Google Scholar. Tomando el marco temporal de 2015 a 2022. El análisis se guió por 6 temas para una mejor comprensión: 1) la influencia de los organismos internacionales en la educación brasileña, 2) las políticas educativas y sus repercusiones en la organización del currículo de la educación básica, 3) lineamientos en los primeros años de la escuela primaria: (un paralelo entre los PCNs y los BNCC), 4) la formación de habilidades y competencias y evaluaciones a gran escala 5) La formación de habilidades y competencias y evaluaciones a gran escala, 6) Similitudes y diferencias entre PCNs y BNCC. En definitiva, el análisis nos trae la prerrogativa de que tanto los esfuerzos públicos nacionales como las políticas globales no se orientan a mejorar el nivel y desarrollo educativo de la población, sino a suplir las aspiraciones capitalistas. ¡Así, una vez más, se hace evidente la idea de que “hay una escuela para los ricos y una escuela para los pobres”!

**PALABRAS CLAVE:** Enseñanza y Aprendizaje; Currículo; PCN's; BNCC; Banco Mundial y Educación.

## INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 20 de dezembro de 2017, configura-se como um documento de caráter normativo e obrigatório que delimita um conjunto essencial de habilidades e competências a serem cultivadas ao longo das diversas etapas e modalidades da Educação Básica. De acordo com estudiosos especializados em Políticas Educacionais (LIBÂNEO, 2016; MAUÉS, 2003), a implementação da BNCC no cenário educacional brasileiro é percebida como um retrocesso, acarretando implicações adversas em longo prazo. Isso se deve à concentração curricular exclusiva na preparação para suprir as demandas do mercado de trabalho. Tais diretrizes, de acordo com esses acadêmicos, convergem com políticas neoliberais que estão sob monitoramento e influência de avaliações em larga escala (LIBÂNEO, 2016).

Nesse contexto, considerando as complexas dimensões políticas, ideológicas e disputas que permeiam o campo educacional, este estudo tem como propósito analisar as diretrizes curriculares destinadas à primeira etapa do Ensino Fundamental. A intenção subjacente é discernir a visão educacional que orienta essa estruturação e, paralelamente, investigar as mudanças manifestadas por meio de uma comparação entre as Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a BNCC.

Para a condução deste estudo, a metodologia de pesquisa bibliográfica foi adotada, proporcionando uma investigação minuciosa por meio de fontes documentais e literárias (NANTES *et al*, 2019). O escopo da pesquisa abrange teses e dissertações disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, além de artigos científicos acessíveis no Portal de Periódicos Capes e no Google Acadêmico, abrangendo trabalhos publicados no intervalo de 2015 a 2022.

Por meio dessa abordagem, o objetivo é analisar as diretrizes curriculares voltadas para a primeira fase do Ensino Fundamental, procurando identificar qual a visão de educação que orienta tal formulação e, ainda, quais as mudanças que ocorreram, a partir de uma análise comparativa entre os PCNs e a BNCC.

## A INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O Banco Mundial (BM) é frequentemente mal compreendido como uma mera entidade de empréstimo a países. No entanto, sua influência vai além do aspecto financeiro. Através dos empréstimos, o BM impõe condições que o capacita a exercer influência nas políticas dos países, especialmente nas orientações políticas do sistema capitalista contemporâneo. No âmbito educacional, a lógica neoliberal é implementada por meio de diretrizes sugeridas por organismos internacionais, incluindo o BM, em cooperação com forças políticas locais (LIBÂNEO, 2016).

O BM, fundado após a Segunda Guerra Mundial com o intuito de auxiliar na recuperação de países afetados pela crise pós-guerra, não se limita a um papel financeiro. Ele se transformou em um banco de conhecimento, gerando informações estatísticas e influenciando políticas em diversas áreas. As relações entre organismos internacionais e o governo brasileiro se intensificaram nos anos 90, gerando políticas educacionais alinhadas ao sistema capitalista. Com o processo de globalização e a ascensão econômica do Brasil nas últimas décadas, organizações como a UNESCO, Organização Mundial do Comércio (OMC) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) também se interessaram em moldar mão de obra qualificada (MOTA JUNIOR; MAUÉS, 2014; MORAES FILHO *et al.*, 2022).

O BM também exerce influência no combate à pobreza e na estabilidade política, manipulando políticas democráticas para implementar suas diretrizes, especialmente na educação. Ele regulamenta políticas educacionais em diversos países, incluindo o Brasil. Exemplos incluem mudanças ocorridas nos governos de Collor de Melo (1990-1992), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), todas influenciadas pelo BM. Através de exames nacionais, o BM direciona o ensino para atender às necessidades dos Estados neoliberais e do mercado, visando eficiência e lucro (DIAS SOBRINHO, 2010).

Assim, o papel multifacetado do BM vai além do financiamento, moldando políticas educacionais e influenciando diretrizes em nível global. Suas ambições se alinham com a criação de “capital humano”, promovendo habilidades e conhecimento para melhorar a capacidade de trabalho e produção (MOTA JUNIOR; MAUÉS, 2014).

## **POLÍTICAS EDUCACIONAIS E SUAS REPERCUSSÕES NA ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

As práticas educativas de uma sociedade estão intrinsecamente ligadas aos interesses e dinâmicas de poder, tanto em âmbito nacional quanto internacional, e subsequente a essas práticas, surgem debates nos campos das ciências humanas e da educação. A ausência de um consenso claro sobre os objetivos e as funções da educação, em grande parte, é explicada pela existência de interpretações difusas de qualidade de ensino nos círculos institucionais e acadêmicos, incluindo diversas perspectivas dentro do espectro progressista (LIBÂNEO, 2011).

No âmbito das políticas educacionais, essas têm sido influenciadas por diretrizes provenientes de organizações internacionais, as quais impactam diretamente nas concepções de escola, currículo e processo de ensino-aprendizagem. Sob a perspectiva neoliberal, tais diretrizes visam primordialmente à formação destinada a atender às demandas do mercado, em detrimento da promoção de uma formação cultural, científica e conhecimento escolar relevante e significativo. Herrero (2013) destaca que essas agências e organismos foram estabelecidos após as discussões da Conferência de Bretton Woods em 1944, configurando-se como referências para políticas educacionais até os dias atuais (BRASIL, 2013; LIBÂNEO & FREITAS, 2018).

Estudos recentes, como os de Schneider e Nardi (2018), têm explorado os efeitos da internacionalização das políticas educacionais nas estratégias e diretrizes do sistema educacional brasileiro, culminando na implementação da BNCC e desencadeando discussões sobre os impactos dessas políticas nos objetivos e na operacionalização das escolas públicas (LIBÂNEO, 2012). Esses estudos demonstram que os objetivos das instituições multilaterais sempre estiveram atrelados à cooperação técnica e financeira em países com carências, através de acordos formais entre nações para programas relacionados à saúde, educação, saneamento, entre outros (BRASIL, 2013; LIBÂNEO & FREITAS, 2018).

Tais diretrizes, que visam abordar as carências globais através de políticas educacionais baseadas em metas e avaliações quantitativas, têm a intenção central de servir à globalização capitalista. No entanto, essa abordagem levanta questionamentos quanto à utilização dessas políticas para suprir as necessidades fundamentais da aprendizagem nacional. Isso é evidenciado pela reforma educacional focada na Educação Básica, influenciada pelo Banco Mundial, que trouxe descentralização administrativa e centralização da avaliação dos sistemas escolares (ALTMANN, 2016), além do aumento

significativo de empresas privadas envolvidas na educação pública no Brasil nas últimas décadas (LIBÂNEO; FREITAS, 2018).

Nesse contexto, bancos, seguradoras, organismos multilaterais nacionais e internacionais desempenham um papel ativo na promoção de práticas de competitividade mercadológica, direcionando tanto a educação quanto a saúde para essa lógica. Os interesses da elite econômica são refletidos nas políticas educacionais, frequentemente amparados por estatísticas provenientes de avaliações em larga escala, a fim de manter a força de trabalho capitalista e preservar a estrutura hierárquica do poder de acordo com uma perspectiva economicista (LIBÂNEO; FREITAS, 2016). A década de 1990 a 2000 viu um aumento exponencial de empresas privadas envolvidas na educação pública no país (LIBÂNEO; FREITAS, 2018).

A influência de organismos multilaterais como o Banco Mundial, a Unesco e a OCDE é notável na definição de objetivos, finalidades e regulamentações educacionais, apesar das resistências daqueles que defendem uma visão diferente da educação. Mesmo diante dessas influências, acredita-se e sustenta-se que o verdadeiro propósito da educação na vida do cidadão é a formação cultural e científica, de acordo com Libâneo (2009). A interferência desses órgãos multilaterais, no entanto, frequentemente distorce esses objetivos, levando a uma formação voltada para a empregabilidade imediata e contrariando ideais de desenvolvimento humano e justiça social (LIBÂNEO; FREITAS, 2018).

Libâneo e Freitas (2018) descrevem um percurso sequencial de decisões que moldam o funcionamento dos sistemas escolares, desde a definição das finalidades educacionais até a sua manifestação nas salas de aula por meio de orientações curriculares. As finalidades educacionais, conforme Lenoir (2016), oferecem *insights* poderosos sobre as orientações explícitas dos sistemas escolares, as funções teóricas que carregam e as modalidades esperadas em práticas de ensino-aprendizagem. As políticas de organismos internacionais como o FMI também exercem influência no controle e monitoramento da educação em países emergentes, incluindo o Brasil (LIBÂNEO; FREITAS, 2018; MARTINS, 2009; HATTGE, 2014).

A criação do movimento “Todos pela Educação”, composto por empresários influentes, demonstra como interesses econômicos podem influenciar decisões no âmbito educacional, participando ativamente no processo de formulação da BNCC. Esse movimento prioriza as diretrizes neoliberais, reduzindo o papel do Estado na educação e, essencialmente, privatizando-a. O foco nas áreas de Governança, Financiamento, BNCC,

Professor, Primeira Infância, Alfabetização e Ensino Médio, reflete a intenção de direcionar a educação para atender aos interesses do capitalismo e afastá-la de um ideal de desenvolvimento humano e justiça social (LIBANÊO; FREITAS, 2018).

O decreto 9057/2017, sob o governo de Michel Temer, promulgou a Nova Base Comum Curricular e o Ensino a Distância, permitindo que instituições educacionais se associem a entidades jurídicas e empresas privadas comprem instituições de ensino. Isso amplia a monetização da educação, afetando desde o ensino especial até o ensino superior (BRASIL, 2017, p. 4). Essas políticas, por vezes influenciadas por parentes de figuras políticas, empresariais e econômicas, demonstram como a educação está intimamente ligada a agendas financeiras e de poder.

Em resumo, a problemática das políticas educacionais, incluindo a criação da BNCC, vai além do seu conteúdo intrínseco, refletindo os contextos sociais e políticos que as cercam. A sociedade muitas vezes inadvertidamente perpetua um sistema que mina sua própria consciência crítica, perpetuando um ciclo de meritocracia neoliberal. A compreensão desse contexto é fundamental para se promover uma educação que priorize o desenvolvimento humano, a justiça social e o enriquecimento cultural e científico, contrapondo-se às tendências dominantes de mercado (LIBANÊO& FREITAS, 2018).

## **ORIENTAÇÕES CURRICULARES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (UM PARALELO ENTRE OS PCNs E A BNCC)**

Os PCNs, lançados em 1997 após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, foram introduzidos pelo Ministério da Educação (MEC) para orientar os professores do Ensino Fundamental a partir do ano seguinte (GUILLEN; MIGUEL, 2020, p. 570). No contexto dos estudos de Eisebach Neto e Campos (2017), esse momento foi influenciado por fatores políticos, sociais e econômicos inspirados no modelo neoliberal, visando enxugar a máquina estatal.

Ainda os PCNs baseiam o ensino de língua na abordagem das práticas textuais e discursivas, destacando os gêneros discursivos como foco de ensino e os textos como unidade de aprendizado (BRASIL, 1998, p.23). O documento argumenta que “todo texto se organiza dentro de determinado gênero em função das intenções comunicativas, enquanto parte das condições de produção dos discursos, as quais geram usos sociais que os determinam” (BRASIL, 1998, p.21). Embora tenham sido recebidos com críticas durante sua implementação, os PCNs procuraram vincular-se às orientações da ordem

econômica globalizada e das políticas neoliberais, alinhando-se a diretrizes internacionais de organismos como o Banco Mundial e a UNESCO (GALIAN, 2014, p. 653).

A implementação dos PCNs foi alvo de muitas críticas, apontando sua conexão com a ideologia neoliberal e a globalização econômica, que priorizavam palavras-chave como competitividade, produtividade e flexibilidade. Essas críticas também sublinharam a influência de organizações internacionais, como a UNESCO e a CEPAL, com as quais os PCNs se alinhavam, visando à formação de recursos humanos flexíveis para atender às demandas do mercado (GALIAN, 2014, p. 653).

Os documentos serviram como base para orientar a construção de currículos por regiões, estados, municípios e escolas, organizados em ciclos de ensino correspondentes a 2 anos, um conceito que foi posteriormente adaptado na BNCC. Enquanto a BNCC se concentra em unidades temáticas, objetos de conhecimento e competências, os PCNs seguiam uma abordagem por blocos de conteúdo (BRASIL, 1998). Ambos os documentos ressaltam a interdisciplinaridade, adaptando-se às transformações tecnológicas e socioculturais (BRASIL, 2018).

Os PCNs e a BNCC representam avanços no ensino da língua portuguesa, focando nas práticas de linguagem como objeto de estudo e destacando recursos expressivos ligados a essas práticas. Enquanto os PCNs detalham abordagens didático-pedagógicas, a BNCC define competências e habilidades que os alunos devem adquirir, direcionando a educação para a formação integral, cidadã e inclusiva (GUILLEN; MIGUEL, 2020). A BNCC define competências gerais, áreas do conhecimento e componentes curriculares, buscando atualização em relação às transformações das práticas de linguagem no contexto das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) (BRASIL, 2018; BRASIL, 1998).

A principal diferença entre os PCNs e a BNCC é que os primeiros oferecem direcionamentos práticos e detalhados, enquanto a última se concentra em habilidades e competências gerais. Ambos os documentos são complementares e guiam os currículos, com a BNCC orientando sua elaboração e os PCNs oferecendo apoio na prática do ensino. Para efetivamente alcançar seus objetivos, é crucial que professores e gestores compreendam a filosofia subjacente e a implementação adequada desses direcionamentos. Além disso, políticas e práticas escolares devem ser desenvolvidas para reduzir desigualdades educacionais e sociais entre os alunos (MELO; SANTI, 2021; AGUIAR; DOURADO, 2018).

## **A FORMAÇÃO DE HABILIDADES E COMPETÊNCIAS E AS AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA**

As avaliações em larga escala representam um componente essencial das reformas educacionais implementadas pelo Estado, tendo suas raízes na administração do governo Collor, em 1991, e posteriormente se desenvolvendo de forma mais marcante durante a gestão de FHC em 1995. Essas avaliações, como observado por Correia, Fidalgo e Fidalgo (2011), são parte da tendência global de utilizar a avaliação como um eixo central das políticas educacionais. Tais práticas se consolidaram ao longo dos governos de Lula (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016).

A reflexão de Afonso (2013) aponta para um cenário em que os processos avaliativos, especialmente em países menos desenvolvidos, tendem a cair sob a influência de entidades privadas, impulsionando a mercantilização da educação em uma perspectiva capitalista. Surge o questionamento sobre o verdadeiro interesse de nações extremamente capitalistas em promover o crescimento intelectual de alunos de países considerados periféricos ou semiperiféricos. Essas indagações levam à suposição de que tais organismos internacionais podem estar interessados, na verdade, em formar mão de obra qualificada ou futuros consumidores.

É importante salientar que as avaliações em larga escala impactam diretamente na criação de novas políticas educacionais, gerando debates acalorados entre pensadores da educação e organizações internacionais. Uma questão crítica está ligada à vinculação de recursos aos resultados dessas avaliações. Isso implica na criação de um ambiente em que as escolas, as redes de ensino e os alunos competem entre si, gerando desvalorização do indivíduo em um contexto de acumulação de lucros que retira a responsabilidade do Estado no processo educacional.

Sudbrack e Cocco (2014) ressaltam a necessidade de avaliar o nível de desenvolvimento dos alunos, contudo, apontam que as avaliações em larga escala não atendem a esse propósito. Embora a avaliação seja crucial para identificar erros e acertos, a implementação desses resultados para efetuar mudanças significativas nas práticas profissionais dos educadores é limitada.

No contexto das avaliações em larga escala no Brasil, elas abrangem desde a educação básica até o ensino superior, incluindo o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) e outros. Porém, a implementação desses exames padronizados não leva em consideração as diferenças

culturais, sociais e regionais, negligenciando a realidade diversificada das escolas e dos alunos.

A ênfase nas avaliações em larga escala como indicadores de qualidade da educação conduz a uma preocupação em atender a demandas capitalistas, transformando a educação em um sistema voltado para a produção de resultados numéricos e competitivos. A lógica de mercado prevalece, enfraquecendo a participação democrática e a avaliação emancipatória. Essa abordagem se alinha com as demandas de um capitalismo globalizado e a busca por mão de obra qualificada (MORAES FILHO; CUNHA, 2023).

O Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) também desempenha um papel significativo nesse cenário. Criado no início dos anos 2000, o PISA busca avaliar se os estudantes podem aplicar seus conhecimentos de maneira prática. No entanto, a participação é voluntária, e a avaliação não aborda questões que transcendam os domínios de leitura e matemática, o que suscita dúvidas sobre sua capacidade de fornecer uma visão holística da educação.

Em resumo, as avaliações em larga escala desempenham um papel fundamental nas políticas educacionais, mas sua abordagem padronizada e voltada para a quantificação pode limitar o desenvolvimento de uma educação emancipatória e comprometida com a formação integral dos alunos. A busca por resultados quantificáveis muitas vezes sacrifica a individualidade, a criticidade e a criatividade dos estudantes, enfraquecendo o papel transformador da educação.

### **SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE OS PCNS E A BNCC**

A BNCC e os PCNs são documentos oficiais que orientam o currículo educacional brasileiro. Assim, os PCNs delineiam as recomendações em vista de garantir que os estudantes brasileiros tivessem direito de estudar a partir dos conhecimentos reconhecidos para o exercício da cidadania, no entanto, não tinham como base melhorar as estruturas financeiras e organizacionais das escolas. A BNCC se constitui como um documento de orientação curricular obrigatória, ao mesmo tempo que estabelece os objetivos para que os estudantes aprendam baseado em uma linguagem direcionada para a realidade das escolas e professores, apresentando os direitos de aprendizagem e o desenvolvimento que os discentes necessitam alcançar, exigindo que o sistema educacional se organize para alcançar tais metas e objetivos (GUILLEN; MIGUEL, 2020).

## **Semelhanças**

- Os dois documentos oficiais partem da premissa do ensino contextualizado e interdisciplinar. Os PCNs estão divididos em: Língua Portuguesa; Matemática; História; Educação física. Geografia; Ciências da natureza; Artes; Linguagem estrangeira. A BNCC divide-se em: Linguagens; Matemática; Ciências da Natureza; Ciências Humanas.
- Ambos especificam a necessidade do uso de materiais, recursos e o desenvolvimento de atividades diversificadas e lúdicas, o uso de tecnologias digitais e diferentes metodologias.
- Os PCNs e a BNCC delimitam objetivos/competências gerais para as áreas do conhecimento desenvolver em cada nível de ensino. Os PCNs preveem uma posição crítica e construtiva nos diferentes tipos de situações sociais, fazendo-se do uso do diálogo de maneira que possa intervir aos conflitos e tomar decisões coletivas.
- A BNCC defende a participação ativa do estudante na vida social, cultural e política, atuando de forma solidária e crítica, reconhecendo os direitos e deveres, e combatendo injustiças e conflitos. Assim, objetiva construir uma sociedade mais inclusiva.

## **Diferenças**

- Os PCNs abordam os temas transversais tais como: ética, saúde, orientação sexual, meio ambiente e pluralidade cultural.
- A BNCC delimita temas integradores a citar: consumo e educação financeira, ética, direitos humanos e cidadania, sustentabilidade, tecnologias digitais e culturas.
- Os PCNs utilizam a terminologia “série” para o Ensino Fundamental e “ano” para o Ensino Médio.
- A BNCC utiliza para o Ensino Fundamental e Médio o termo “ano”.
- Os PCNs adotavam as terminologias: Língua Portuguesa, Matemática, História, Educação Física, Geografia, Ciência da Natureza, Artes e Linguagem Estrangeira.
- A BNCC descreve a nomenclatura: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Referente às descrições das unidades temáticas, é

um texto sucinto, fácil de compreender. Faz menção à cultura indígena e à afro-descendente.

Seria oportuno mencionar que os documentos oficiais deveriam estruturar um currículo em que, de fato, fosse parte dos ensejos e desejos de todos os professores, educadores e pesquisadores, visto que essas bases legais sofrem críticas, não atendem às reais necessidades das escolas, que precisam de melhorar as suas estruturas físicas e administrativas. Professores necessitam de formação continuada, melhores condições de trabalho e reconhecimento social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação no Brasil tem passado por constantes reformas e revisões curriculares, buscando melhorar a qualidade do ensino e preparar os estudantes para os desafios do século XXI. Nesse contexto, surgem dois importantes documentos que moldaram o cenário educacional: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

A BNCC, estabelecida recentemente, trouxe consigo uma série de vantagens e desafios. Uma de suas maiores conquistas é a padronização e equidade do ensino, ao definir um conjunto de competências e habilidades que todos os alunos brasileiros devem adquirir, independentemente de sua localização. Isso contribui para nivelar o aprendizado e garantir que todos tenham acesso a uma educação mínima de qualidade. Além disso, a BNCC serve como um guia valioso para os educadores, orientando-os na criação de currículos alinhados às necessidades dos alunos. A ênfase nas competências do século XXI, como o pensamento crítico e a criatividade, também é uma das virtudes da BNCC, pois reconhece a importância de preparar os estudantes para os desafios contemporâneos.

Contudo, a BNCC também enfrenta críticas. A busca por padronização pode levar à uniformização do ensino, resultando na perda da riqueza cultural e regional da educação. Além disso, a possível excessiva ênfase em avaliações e testes padronizados pode conduzir a um ensino centrado na preparação para exames, em detrimento de uma educação mais abrangente e emancipatória. A implementação efetiva da BNCC requer investimentos em treinamento de professores e recursos pedagógicos, uma vez que o sucesso do novo currículo depende da capacidade dos educadores em adaptar as diretrizes à realidade de suas salas de aula.

Por outro lado, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), embora anteriores à BNCC, continuam a ser uma referência importante no âmbito educacional. Os PCNs

oferecem diretrizes específicas para os educadores, auxiliando-os na criação de planos de ensino mais eficazes. Sua flexibilidade permite que escolas e professores escolham abordagens pedagógicas adequadas às suas realidades locais, promovendo um ensino mais contextualizado. A ênfase nos conteúdos disciplinares, contudo, é uma característica dos PCNs, o que pode limitar o desenvolvimento de competências mais amplas, como o pensamento crítico e a resolução de problemas.

Com base nos resultados da pesquisa foi possível perceber que uma perspectiva interessante é que a BNCC requer o desenvolvimento de competências e habilidades para o estudante aprender, saber lidar com informação, atuar com responsabilidade nos contextos sociais, produzir conhecimentos para resolver situações problemas, ter autonomia e discernimento para tomar decisões e conviver com as diferenças.

Desta forma, as competências orientadas pela BNCC precisam ser entendidas como parte da relação do processo de ensino e aprendizagem no Ensino Fundamental em vista da Educação Básica, como meio de contribuir com o desenvolvimento de pessoas críticas e transformadoras de seus contextos sociais. A BNCC recomenda maior precisão conceitual e diálogo com a comunidade escolar, sobretudo, com os adolescentes, que precisam ser valorizados nas propostas curriculares e no processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, tanto nas competências presentes no documento oficial da BNCC quanto nos estudos relacionados às competências, percebe-se uma preocupação em contextualizar as propostas em um contexto marcado pela presença das tecnologias digitais e suas influências na forma de relacionar-se com as comunicações e relações.

Mediante a análise dos PCNs e da BNCC não podemos desvalorizar a importância de cada um deles como função orientadora do currículo nacional da educação básica. Percebemos também que esses documentos possuem como meta a melhoria da qualidade do ensino e da educação brasileira, embora saibamos que essa premissa exige mais investimentos financeiros, organizacionais e um acompanhamento pedagógico mais criterioso e intencional. No entanto, percebemos que as políticas neoliberais influenciam e orientam os princípios e normas das legislações oficiais do sistema educacional brasileiro. Assim, esses documentos oficiais não asseguram por si só a qualidade da educação básica, mas sem a sua criação seria mais problemático o trabalho escolar.

Em suma, a análise proporciona o entendimento de que a influência dos organismos mundiais nas políticas educativas e sua participação na criação e implementação da BNCC, em nome de uma ajuda “humanitária” a países periféricos,

buscam atender aos interesses do mercado capitalista, para assim fortalecer e perpetuar as relações de poder nas sociedades neoliberais.

Logo, isso nos traz a prerrogativa que tanto os esforços públicos nacionais quanto as políticas mundiais não são para melhorar o nível e o desenvolvimento educacional da população, mas sim para suprir os anseios capitalistas. Desta forma, mais uma vez fica evidente o ideário que “há escola de rico e escola de pobres”!

## REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. **Revista Brasileira de Educação**, v.18, n. 53, p.267-284, abr./jun.2013.

AGUIAR, M. A.; DOURADO, L. F. **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliações e perspectivas**. ANPAE, Recife, 2018.

ALTMANN, H. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n. 1, jan./jun.2002.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Disponível em: Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2015. Acesso em 18/08/2021.

BRASIL. **Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013: altera a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm)> Brasília: Ministério da Educação, 2013. Acesso em 18/08/2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/matematica.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 9057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm). Acesso em: 10 out. 2022.

CORREIA, J. A.; FIDALGO, F.; FIDALGO, N. R. A avaliação como trabalho e o trabalho como avaliação. **Educação, Sociedade & Cultura**, n. 33, p. 37-50, 2011.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e Transformação da Educação Superior Brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v.15, n.1, 2010.

EISENBACH NETO, F. J. E.; CAMPOS, G. R. **O impacto do neoliberalismo na educação brasileira**. In: EDUCERE: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13., 2017, Curitiba. Anais... Curitiba: PUCPR, 2017.

GALIAN, C. V. A. Os PCN e a elaboração de propostas curriculares no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. v. 44, n. 153, p. 648-669, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v44n153/a09v44n153.pdf> . Acesso em: 04 ago. 2022.

GUILLEN, C. H.; MIGUEL, B. M. E. A alfabetização nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): o que mudou de 1997 a 2017. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 101, n. 259, p. 567-582, set./dez. 2020.

HATTGE, M. D. **Performatividade e Inclusão no Movimento Todos Pela Educação**. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2014.

HERRERO, Clemente. **El mundo hace crac**. Madrid: Silente Académica, 2013.

LENOIR, Yves., O utilitarismo de assalto às ciências da educação. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 61, p. 159-167, jul./set. 2016.

LIBÂNEO, J. C.; FREITAS, R. A. M. da M. **Políticas Educacionais Neoliberais e Escola Pública: uma qualidade restrita de educação escolar**. Cadernos de Pesquisa, 2016.

LIBÂNEO, J. C. **Políticas Educacionais no Brasil: Desfiguramento da Escola e do conhecimento Escolar**. Cadernos de Pesquisa, 2016.

LIBÂNEO, José C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, mar. 2012.

LIBÂNEO, J. C.; FREITAS, R. Políticas educacionais neoliberais e escola pública. **Uma qualidade restrita de educação escolar**. Goiânia, Editora Espaço Acadêmico, 2018.

LIBÂNEO, José C. **O declínio da escola pública brasileira: apontamentos para um estudo crítico**. In: LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Dermeval (Org.). História, educação e transformação: tendências e perspectivas para a educação pública no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. O ensino da Didática, das metodologias específicas e dos conteúdos específicos do ensino fundamental nos currículos dos cursos de Pedagogia. **R. bras. Est. Pedag.**, p. 562-583, 2009.

MARTINS, A. S. A educação Básica no século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação”. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.4, n.1 p.21-28, jan.-jun.2009.

MAUÉS, O. C. Reformas internacionais da Educação e Formação de Professores. **Caderno de Pesquisa**, n. 118, p. 89-117, mar. 2003.

MELO, M. O.; SANTI, R. G. O. Os impactos do neoliberalismo na educação brasileira: uma análise sobre a BNCC. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.6, p. 64422-64430 jun. 2021.

MOTA JÚNIOR, W. P. da.; MAUÉS, O. C. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras**. UFPA/PA, 2014.

MORAES FILHO, I. M. et al. Processo de implementação da EAD no contexto brasileiro: um olhar através da pedagogia. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 4, p. e21111426998, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i4.26998.

MORAES FILHO, I. M; CUNHA, A, L.A. **Qualidade dos indicadores de cursos de pedagogia na modalidade a distância no Brasil**. In: ABRAMZON, T. E., CHERNOBROVKIN, V. A., SANNIKOVA, L. N., KUVSHINOVA, I. A., NERETINA, T. G., OVSYANNIKOVA, E. A., MITSAN, E. L., YAKOVLEVA, L. A., PETROV, S. V., LESHCHENKO, S. G., STEPANOVA, N. A. (Org.). Health-Saving and Correctional Technologies in the Modern Educational Space: A Collection of Scientific Papers Based on the Results of the International Scientific and Practical Conference. Magnitogorsk. Volume 8. Magnitogorsk Publishing, 2023. p.6-11. ISBN: 978-5-9967-2931-9. Disponível em: < [https://www.magtu.ru/attachments/article/11130/Sbornik\\_2023.pdf](https://www.magtu.ru/attachments/article/11130/Sbornik_2023.pdf) >. Acesso em: [17/08/2023].

NANTES, E.A.S. et al. A formação do leitor literário no contexto das novas tecnologias:

uma abordagem sob a perspectiva da BNCC. **Educere**, v.19, n.1, 2019. doi: <https://doi.org/10.25110/educere.v19i1.2019.6864>.

PEREIRA, A. L.; JOLANDEK. E. G.; MENDES, L. O. R. Avaliação em larga escala e currículo: relações entre o PISA e a BNCC. **Com a palavra Professor**, Bahia, v.4, n.10, 2019.

SCHNEIDER, P. M.; NARDI, L. E. Pilares Estruturantes da Base Nacional Comum Curricular da Educação Brasileira: Subordinação à Agenda Global. **Revista de Estudos Curriculares**, v.9, n.1, 2018.

SUDBRACK, E. M.; COCCO, E. M. **Avaliação em larga escala no Brasil: Potencial indutor de Qualidade? Roteiro**, Joaçaba, v.39, n.2, p. 347-370, Jul./dez. 2014.